

DISSEMINAÇÃO DOS SABERES EXPERTOS NO DOMÍNIO DA INFÂNCIA¹
DIFUSIÓN DE CONOCIMIENTOS ESPECIALIZADOS EN EL ÁMBITO DE LA
INFANCIA

DISSEMINATION OF EXPERT KNOWLEDGE IN THE FIELD OF CHILDHOOD

Marcia da Silva MAZON²
Sandra CAPONI³

O Dossiê que aqui apresentamos reúne artigos que problematizam a questão da disseminação dos saberes expertos no domínio da infância entendidos como vetores da psicopedagogização e medicalização da vida. Existe uma ideia disseminada com frequência de que a educação de uma criança, seja a familiar ou escolar, seria suscetível da intervenção e do controle de saberes, mais ou menos metódicos, que estariam nas mãos de expertos em desenvolvimento infantil: pedagogos, médicos, neurologistas, psiquiatras e psicólogos, dentre outros. Tal domínio ocorre graças à difusão da suposta eficácia que teriam esses saberes especializados sobre a infância cuja função seria mostrar que é possível prever descaminhos considerados nocivos para o que se considera que deve ser o desenvolvimento normal de uma criança, no imaginário social.

A existência inevitável de fronteiras difusas e pouco claras entre as ditas normalidades e patologias psíquicas tem permitido não só a multiplicação de diagnósticos – de 106 distúrbios na primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) em 1952, passou-se para mais de 300 na 5ª edição de 2013 – como também a aceitação da ideia de que seria possível identificar pequenos sinais anunciadores de uma patologia grave ainda por vir, afirmando a necessidade de realizar intervenções preventivas no campo da infância. Tais intervenções permitiriam uma identificação prematura dos problemas de comportamento,

¹ As autoras agradecem a CAPES o apoio através do projeto de cooperação internacional CAPES COFECUB: *A disseminação dos saberes expertos no domínio da Infância*, o qual tornou possível a organização do presente dossiê.

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP) e Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2953-1089>. E-mail: marciadasilvamazon@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC – Brasil. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) e Núcleo de Sociologia e história das Ciências da saúde (NESFhIS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8180-944X>. E-mail: sandracaponi@gmail.com



socialização e aprendizagem escolar, com vistas à promoção de uma intervenção no sentido de se evitar tanto a cronicidade de patologias psíquicas como a emergência de conflitos disruptivos da vida social. Esse movimento permitiu um crescimento sem precedentes da indústria farmacêutica mundial tanto em termos de volume de mercado como no seu avanço sobre o processo de formação de psiquiatras.

Nesse marco situam-se os artigos que compõem o presente dossiê. Além dessa apresentação o dossiê está composto de mais 10 itens, compreendendo nove artigos inéditos e uma entrevista com a cientista social argentina Alejandra Barcala. O dossiê se inicia com o artigo de Claude Olivier Doron, da Universidade Paris-Diderot *O Instituto Ortofrênico do doutor Voisin e a educação das crianças “fora da linha comum” na França durante a Monarquia de Julho (1830-1848)*. Doron apresenta um artigo instigante e muito original onde analisa um momento da história da pedagogia na França muito pouco conhecida. Trata-se do primeiro experimento médico-pedagógico realizado na França na década de 1830 e 1840 que estava destinado a crianças consideradas “fora da linha do comum”. O nome dado a esse experimento pedagógico foi *Instituto Ortofrênico*; um projeto elaborado pelo alienista Felix Voisin com o objetivo de evitar e prevenir a formação de potenciais criminosos e alienados. O texto mostra quais foram os princípios desse experimento, inspirado na frenologia, quais eram as técnicas pedagógicas aplicadas e de que modo esses trabalhos estiveram na origem da construção da ideia de “criança anormal” e também daquilo que, mais tarde, será caracterizado como “transtornos de conduta” próprios das crianças consideradas problemáticas ou difíceis.

O segundo artigo que compõe este Dossiê foi elaborado por Leandro de Lajonquière, da Universidade Paris 8, *Sobre a irremediável educação*. O texto se inscreve na tradição dos estudos psicanalíticos em educação. Lajonquière estabelece nesse estudo, um diálogo instigante e muito bem elaborado entre a história e o presente, apresentando duas experiências educativas ocorridas em diferentes momentos históricos. A partir da análise dessas experiências o autor tematiza a tendência dos saberes expertos, mas também dos pais e adultos em geral, a medicalizar a vida das crianças, mais especificamente a prescrever medicamentos às crianças sem que seja possível falar da existência de uma doença. O raciocínio se estrutura em torno do contraponto entre duas experiências educativas: a primeira que ocorreu na França do século XIX, conhecida com o nome de “o garoto selvagem de Aveyron”; a segunda que ocorreu nos Estados Unidos, após a guerra de secessão, referida à educação de Helen Keller. O texto propõe uma reflexão bem fundamentada sobre o que deveria caracterizar um processo educativo que possa ser considerado bem-sucedido; um processo que não esteja centrado na procura da



eficácia, mas sim na possibilidade de construir um espaço subjetivante, ou, como afirma o autor um espaço que permita “fazer emergir um sujeito de palavra”.

Na sequência apresentamos o artigo de Sandra Caponi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) *Considerações sobre a prescrição de psicofármacos na primeira infância: o caso da depressão infantil*. O artigo toma como ponto de partida os trabalhos de Ian Hacking, particularmente seu estudo sobre os motores para modelar pessoas e o conceito de *efeito looping*, para analisar o momento de emergência do diagnóstico de depressão infantil. O artigo tematiza o lugar ocupado pela depressão infantil no contexto das patologias da infância, o uso problemático das escalas psicométricas de avaliação; questiona-se ainda os limites das hipóteses explicativas, particularmente a hipótese do déficit de serotonina, para deter-se a estudar a suposta eficácia e efeitos adversos dos antidepressivos, como os Inibidores Seletivos da Recaptação de serotonina (SSRIs), na infância. O texto discute a fragilidade epistemológica dos argumentos apresentados pelos psiquiatras que defendem o diagnóstico de depressão infantil e o uso de antidepressivos, mas também analisa as dificuldades desses diagnósticos na construção da subjetividade infantil. Utilizando o conceito de Ian Hacking de “*looping effect*”, o texto argumenta que a enunciação do diagnóstico de depressão e o uso de psicofármacos na infância produzem uma transformação na forma como as crianças pensam sobre si mesmas, como constroem seu self, emoções e comportamentos. Por fim, argumenta-se que o diagnóstico de depressão na infância conduz a um processo de individualização, biologização e cerebralização dos padecimentos, silenciando os fatos sociais que podem ter causado os sofrimentos.

Na sequência o dossiê traz dois artigos os quais abordam as controvérsias em torno do tratamento medicamentoso do Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). O artigo de Marcia da Silva Mazon da UFSC, *Consumo de psicotrópicos e estilo terapêutico: os limites do uso racional de medicamentos* realiza uma leitura a partir da lógica do consumo de psicotrópicos como forma de iluminar os limites do uso racional de medicamentos. O artigo aponta como considerações sobre o uso racional de medicamentos partem da premissa de que basta mais informação para que os atores – considerados racionais a fim e com preferências dadas – farão um uso racional. O intuito do artigo foi contemplar as relações de poder as quais impõem objetos e discursos construindo a razoabilidade de quais itens podem ou devem circular pelos mercados. A autora mostra a partir de controvérsias expressas na mídia e do relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) de recusa do tratamento medicamentoso do TDAH como as crenças no entorno do consumo de psicotrópicos podem ser um bom ponto de partida para compreender tensões e controvérsias na



construção desse mercado. O artigo mostra a mobilização de dois apelos distintos e alternáveis para justificar o mercado do metilfenidato: ora apelo à saúde, ora apelo ao mercado visualizado como direito do consumidor. Pensar as sociedades na era do estilo terapêutico e num contexto em que problemas do mundo privado preenchem o espaço público permite compreender como determinados discursos constroem a ideia do que é razoável em um dado contexto. A indústria farmacêutica e a classe médica nessa alternância de justificativas ora de saúde ora de mercado mobilizam os consumidores como atores de mercado e livres para tomar suas decisões sobre a compra de psicotrópicos. Qualquer crítica ao consumo de psicotrópicos pode soar como lesão de direitos e é tema que urge por mais investigações.

Voltando ao tema do relatório da Conitec, Tatiana Barbarini (FMG) e Elton Corbanezi (UFMT) no artigo *Entre reivindicação para tratamento e recusa de incorporação de medicamentos no SUS: uma análise sobre a realidade social do TDAH na Sociedade Contemporânea*, igualmente exploram o TDAH como uma categoria clínica e psiquiátrica eivada de controvérsias e como expressão da medicalização da vida. Os autores analisam o acesso ao tratamento e a demanda por incorporação do metilfenidato e da lisdexanfetamina no Sistema Único de Saúde (SUS). Com relação ao relatório da Conitec os autores destacam a discordância entre a opinião pública e o resultado do relatório, a qual recusa a incorporação do tratamento medicamentoso do TDAH. Tal discordância indica como o TDAH se consolidou como realidade médica e social que fundamenta a reivindicação por direitos individuais e sociais, mesmo que não haja comprovação científica suficiente a respeito da eficácia do tratamento medicamentoso. Nesse contexto, qualquer tipo de questionamento ao TDAH e/ou ao metilfenidato pode se tornar um questionamento aos direitos dos portadores, mesmo que não haja comprovação científica suficiente a respeito da eficácia do tratamento medicamentoso. Em meio a essa correlação de forças há a reivindicação legítima dos pacientes pelo direito ao tratamento e à conformação social em uma sociedade que sacraliza a competição e o desempenho individuais desde a infância, constituindo-os como medida de normalidade e que deixa em segundo plano as condições existenciais objetivas e subjetivas.

Dando continuidade à temática da medicalização, apresentamos o artigo escrito por Fernando Freitas (UFRJ) e Luciana Jaramillo Caruso de Azevedo (UERJ) *Medicalizando crianças e adolescentes*. Fernando e Luciana analisam, a partir de uma perspectiva crítica, as debilidades epistemológicas presentes nos fundamentos biomédicos utilizados para pensar os diagnósticos de transtornos mentais, que são cada vez mais utilizados para qualificar os comportamentos de crianças e adolescentes. Esse modelo explicativo medicaliza os comportamentos infantis na medida que toma como ponto de partida a ideia de que os



psicofármacos têm a função de corrigir uma anormalidade cerebral subjacente. Os autores afirmam que esse tipo de abordagem se sustenta em uma falácia que já foi denunciada por diversos estudos. Os autores argumentam igualmente que o processo de medicalização e psicofarmacologização da infância constituem-se como ameaças à saúde pública e à garantia do pleno exercício dos direitos humanos.

O artigo de Eugenia Bianchi (UBA), Milagros Oberti (UBA), Silvia Faraone (UBA) e Flavia Torricelli (UBA) *Medicalização global, TDAH e infâncias. Um estudo na mídia de sete países* analisa quais atores estão representados na mídia sobre TDAH. O artigo parte do pressuposto do TDAH como exemplo paradigmático da medicalização em saúde mental em crianças e destaca o caráter globalizante do diagnóstico e a mídia como parte de atores não médicos relevantes que surgem na cena da medicalização. As autoras realizam um levantamento de obras (artigos e revistas) as quais abordam a mídia sobre o TDAH em países da Ásia, Europa, América e Oceania. O texto traz valiosas pistas de como investigar a interpenetração do discurso científico na mídia, bem como sua manipulação: os elementos ausentes, os elementos contraditórios não explicitados. Os dados apontam, seguindo de perto o observado por Foucault, que há regularidade na dispersão: os dados mostram a relação entre infância, TDAH e meios de comunicação com duas características principais: heterogêneos discursos sobre o TDAH e os meios de comunicação articulando-se aos processos de globalização da medicalização. As autoras destacam o que está ausente na mídia e como em sites mais populares a informação que consta não foi escrita por acadêmicos ou mesmo não possui respaldo científico. O caráter diverso e não convergente que aparece nos meios de comunicação analisados é ponto comum, assim como a pouca ou nenhuma presença das vozes das crianças diagnosticadas e tratadas com TDAH (são antes objetos ou protagonistas passivos) e a ausência de uma perspectiva de gênero. O artigo é um excelente convite para uma agenda de pesquisa sobre o tema.

O artigo de Henrique Sater (Unicamp) e Luana Marçon (Unicamp), *O diagnóstico psiquiátrico e desafios para outra biopolítica da infância* traz reflexões críticas em torno dos diagnósticos psiquiátricos e seus usos específicos no campo da infância. Tomando como ponto de partida pequenos relatos de histórias clínicas que chegam aos serviços de atendimento de crianças e adolescentes, o artigo problematiza esses diagnósticos psiquiátricos e propõe pensar uma nova biopolítica da infância. Os autores discutem a racionalidade psiquiátrica hegemônica que classifica diferentes desvios de conduta como sendo distúrbios individuais e transtornos do cérebro, tematizando de que modo o saber e o poder médico têm configurado a infância como um espaço privilegiado para exercer o governo das populações. O artigo propõe pensar



alternativas para garantir o acolhimento das crianças com sofrimento mental partindo da criação de práticas de cuidado menos normativas e menos disciplinares.

Na sequência apresentamos o artigo de Juliana de Araújo Silva e Julio César Donadone ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) *Intermediando, julgando e moralizando: o papel do Estado, o dom organizacional e o processo da adoção*. O artigo propõe um diálogo entre a adoção de crianças e adolescentes com a sociologia econômica, a partir de uma reflexão sobre a existência de um dom organizacional dentro dessas práticas sociais. A Igreja e o Estado estiveram à frente da intermediação entre os que “davam as crianças” e os que “buscavam crianças”. Conforme autora e autor do artigo, crianças são retiradas/entregues por suas famílias biológicas ao Estado, e o poder estatal é o de julgar e moralizar aquele que não consegue “cuidar do filho”, bem como quem pode ou não adotar. Além disso, o preconceito velado faz com que a predileção por crianças mais novas e de pele branca tenham maior probabilidade de adoção. Enquanto as crianças negras e “mais velhas” ficam na berlinda de serem eleitas, quando completam 18 anos muitas deixam de ser atendidas pela Vara da Infância e Juventude passando a ser responsabilidade da Vara Criminal; já que quase 70% da população carcerária no Brasil é negra, com vínculos familiares enfraquecidos ou inexistentes. O Estado, através do poder judiciário, decide as situações de abandono de crianças por meio de princípios morais do melhor interesse da criança, assim como para todos envolvidos. Os autores do artigo questionam até que ponto as decisões tomadas, baseadas nas legislações sobre adoção seriam justas e úteis para todos os envolvidos. O argumento sustentado no artigo é o de que a adoção se constituiu como expressão da violência burocrática estatal. A pesquisa analisou a percepção dos donatários, compreendendo a vigente configuração e significação das práticas de adoção de crianças e adolescentes no Brasil. Dentre os resultados observou-se que a adoção se estabelece como uma alternativa para se conseguir o “*gift*” e é tratada como um “mercado não pago”, enraizado em relações de compaixão, altruísmo e amizade.

Para concluir este Dossiê apresentamos uma entrevista com Alejandra Barcala realizada por Sandra Caponi, Marcia da Silva Mazon e Barbara Michele Amorim. Alejandra Barcala é Psicóloga e Doutora em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA/Argentina). Ela é, diretora e professora titular do Doutorado Internacional em Saúde Mental Comunitária da Universidade Nacional de Lanús (UNLa) e um dos principais nomes de pesquisas sobre saúde mental e direitos humanos. Na entrevista, Sandra, Marcia e Barbara passeiam por diversas investigações da entrevistada, convidando-a para uma comparação Brasil e Argentina sobre suas singulares experiências de políticas públicas em saúde mental diante de uma experiência comum do passado da ditadura militar. Esse é o grande desafio proposta por Alejandra Barcala:



pensar a saúde mental pela chave dos direitos humanos. Alejandra lembra que na Argentina até 1990 a questão da saúde mental esteve silenciada até a publicação do informe “Vidas Arrasadas” o qual expôs a condição de violação dos direitos humanos nos manicômios, essa publicação gerou indignação pública e colocou em marcha uma agenda pública para a saúde mental no país. Até a publicação da Lei Nacional de Saúde Mental em 2010 (lei 26.657, hoje em debate novamente) foi um longo caminho percorrido. Alejandra destaca ainda o papel fundamental do Movimento das Mães da Praça de Maio: elas deram os primeiros passos para a sanção e promulgação da Lei de Saúde mental. Alejandra igualmente tocou na questão da desigualdade social e desigualdade em saúde e saúde mental. Ela mostra como na Argentina houve um aumento das desigualdades sociais (já em marcha) durante a pandemia que veio acompanhado pelo aumento de internação psiquiátrica de meninas e meninos. Ela chama a atenção para a classe social dessas crianças: elas vêm de lares socialmente vulnerabilizados num processo que Alejandra nomeia como “circuitos de medicalização” apoiados, entre outros, pela instituição escolar. Nesse contexto, não eram problemas biomédicos, antes eram o sofrimento produto de traumas sociais sofridos que ao invés de serem situados no contexto social eram interpretados como problemas psicopatológicos individuais, por fora do contexto familiar, relacional e comunitário. Alejandra abordou ainda suas pesquisas mais recentes, o tema do TDAH e o aumento de diagnósticos acompanhado do tratamento medicamentoso desse transtorno na Argentina. Conforme pondera a intelectual argentina assim como a escola tem a capacidade de acompanhar, transformar e abrir um mundo de possibilidades a uma criança ela também pode marcá-la subjetivamente com um diagnóstico para toda a vida.



Como referenciar este artigo

MAZON, M. S.; CAPONI, S. Disseminação dos saberes expertos no domínio da infância. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. esp. 2, e022035, 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp.2.17572>

Submetido em: 15/06/2022

Revisões requeridas em: 10/07/2022

Aprovado em: 12/08/2022

Publicado em: 30/09/2022

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Correção, formatação, normalização e tradução.

